

Aluno(a):

Nº

Ano/Série:2SM

Professor(a): Cristóvão Antonio

Data:14 a 17/04/2020

Nota:

ATIVIDADE DE HISTÓRIA

01. Como “mito de origem nacional” para a Bahia, a Guerra de Independência, de 2 de julho de 1823, é sempre lembrada em festas e comemorações oficiais.

Assinale a alternativa que melhor identifica o papel dos baianos no contexto da independência brasileira.

- a) A articulação revolucionária das camadas populares da capital baiana esteve restrita aos interesses dos libertos e dos homens livres e pobres, sem o apoio de parte dos intelectuais da cidade de Salvador.
- b) As independências do Brasil e da Bahia ocorreram no mesmo contexto político, sem particularismos locais. Nesse sentido, não é possível considerar a existência de duas datas que marcam a independência do país.
- c) A sedição de 1798 na Bahia sepultou os desejos separatistas dos baianos e os afastou da política brasileira de 1822. Por essa razão, a população baiana esteve alijada do contexto político da independência.
- d) A comemoração da independência da Bahia justifica-se, pois nessa data, as tropas do Exército e da Marinha expulsaram definitivamente os portugueses da cidade do Salvador.
- e) A independência do Brasil esteve estritamente associada aos interesses ingleses e holandeses, instalados no Brasil e beneficiários da Abertura dos Portos.

Resposta da questão 1:[D]

Comentário

O movimento baiano de luta pela independência envolveu diversos setores sociais, inclusive proprietários rurais. Enquanto no Rio de Janeiro e São Paulo se constituía um novo governo, liderado por D. Pedro I, em outras regiões, como a Bahia, ainda havia forte resistência lusitana e a necessidade de um conflito armado para concretizar a independência, finalizado apenas em 2 de julho de 1823, com a expulsão dos portugueses.

Apesar de existirem interesses ingleses na independência do Brasil, não devemos considerar que eles foram determinantes, pois há de se considerar os interesses da sociedade brasileira e as relações políticas que envolviam Portugal após a Revolução do Porto.

02.Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais militares que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

Resposta da questão :[D]

A Constituição de 1824 foi imposta pelo imperador e reflete a elitização política. Seu componente mais importante foi o voto censitário, ou seja, baseado na renda indivíduo. Dessa forma penas aqueles que tivessem renda proveniente da terra – os fazendeiros – ou do comércio (geralmente indivíduos de origem portuguesa) tiveram garantidos o direito político de votar.

03. A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822. Liderada pelos liberais, a Confederação tinha como objetivo

- a) afirmar um governo baseado numa Monarquia Constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.
- b) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.
- c) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- d) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- e) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma constituição radicalmente liberal.

Resposta da questão :[D]

A Confederação do Equador foi o principal movimento de contestação ao autoritarismo de D. Pedro I, manifestada pelo centralismo político imposto pela Constituição e pela nomeação de Francisco Paes Barreto como presidente da província, em lugar de Pais de Andrade, apoiado pelo povo. Na organização do movimento foi de grande importância o papel da imprensa, em especial dos jornais A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, de Cipriano Barata e do Tífis Pernambucano de Frei Caneca.

04. Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro. O contexto do Período Regencial foi marcado

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".
- e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

Resposta da questão:[E]

O período regencial é normalmente entendido como "de crise", perceptível pelas grandes rebeliões que ocorreram nas diversas regiões do Brasil, levadas a cabo pelas camadas excluídas do poder, agravadas pela exclusão econômica e social em alguns casos. Apesar de sabermos que o tráfico não permanecerá por muito tempo, ele ainda existiu por quase 20 anos após a abdicação de D. Pedro I. A Lei de 1831 do ministro Feijó não foi cumprida, dada a tendência da elite tradicional em manter o braço escravo na lavoura (situação que se modificou em grande parte fruto das pressões inglesas).

05. Observe a imagem a seguir:



Brito e Braga, Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional (1840-1845).

Com relação à Guarda Nacional, criada durante o Império, é CORRETO afirmar que:

- a) funcionava como única força armada que podia defender os interesses dos escravistas e coibir a fuga dos escravos.
- b) objetivava o controle da Corte e da burocracia imperial, alvos frequentes de manifestações populares de descontentamento.
- c) tinha por finalidade a garantia da segurança e da ordem, defendendo a Constituição, a obediência às leis e a integridade do Império.
- d) atuava na defesa das fronteiras externas brasileiras, impedindo a expansão dos países platinos em direção ao território brasileiro.

Resposta da questão:[C]

A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial para assegurar o respeito à Constituição em vigor e conter rebeliões nas províncias. Foi desmobilizada em 1922.

06. No século XIX, quando o Brasil era um império, ocorreu a aprovação de medida que continha algumas significativas decisões, tais como:

Art. 1º - Câmaras dos Distritos e Assembleias substituirão os Conselhos Gerais, sendo estabelecido em todas as províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais.

Art. 26º - Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.

Art. 32º - Fica suprimido o Conselho de Estado.

(Ilmar Rohloff de Mattos. *O Império da Boa Sociedade: A consolidação do Estado Imperial Brasileiro*)

Os artigos devem ser relacionados com:

- a) Constituição de 1891;
- b) Código do Processo Criminal;
- c) Projeto da Mandioca;
- d) Código do Processo Civil;
- e) Ato Adicional de 1834.

Resposta da questão:[E]

Questão que exige conhecimento específico e memorização. Ao ler o texto é necessário saber e lembrar que tais mudanças foram realizadas pelo Ato Adicional, conjunto de leis de 1834 que promoveu alterações na Constituição do país. Tais medidas pretendiam promover menos centralização da estrutura política e, para muitos historiadores, representou uma “experiência republicana”, pois garantia alguma autonomia às províncias e estabelecia a eleição do governante, com mandato definido, num modelo que se assemelhava ao existente nos Estados Unidos.

07. A ocorrência de rebeliões, tais como a Cabanagem (1835-1840), no Pará, a Sabinada (1837-1838), na Bahia, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, determinou a caracterização da Regência como um período conturbado. Todavia, a ocorrência de rebeliões tão distintas apresenta como aspecto comum a

- a) reivindicação popular pela abolição da escravatura, tornando inviável o apoio das camadas médias urbanas aos movimentos contra a ordem regencial.
- b) influência da experiência republicana da América Hispânica, decorrente da proximidade intelectual entre as elites imperiais e os *criollos*.
- c) mobilização das camadas populares pelos segmentos da elite, objetivando o controle do poder nas referidas províncias.
- d) tentativa de restabelecer o poder moderador, transferindo-o para a Regência Una como forma de resistir às reformas liberais.
- e) rejeição ao regime monárquico, revelador da permanência do privilégio concedido ao português desde a Colônia.

Resposta da questão :[C]

É muito comum compreender a História a partir da postura das elites, desprezando as necessidades, reivindicações e lideranças populares. Muitos autores – não apenas historiadores – entendem sempre a presença popular como “massa de manobra”, conforme propõe o exercício. Durante esse período, o poder moderador não foi exercido e nem todas as rebeliões eram republicanas ou antilusitanas.

08. Entre as várias rebeliões ocorridas no período regencial, destaca-se a chamada Guerra dos Farrapos, iniciada em 1835. O conflito

- a) prosseguiu até a metade da década seguinte, quando o governo do Segundo Império aumentou os impostos de importação dos produtos bovinos argentinos e anistiou os revoltosos.
- b) demonstra que as disputas comerciais entre Brasil e Argentina se iniciaram logo depois da independência e desde então se agravaram, até atingir a atual rivalidade entre os dois países.
- c) permitiu a adoção de um regime federalista no Brasil, uma vez que as negociações entre o governo imperial e os rebeldes determinaram a autonomia política rio-grandense.
- d) revela a impossibilidade de estabelecer relações políticas e diplomáticas na América Latina após a independência política e durante o período de formação dos estados nacionais.
- e) impediu a continuação do período regencial e levou à aceitação de outra exigência dos participantes da revolta: a antecipação da maioria do futuro imperador Pedro II.

Resposta da questão:[A]

A Guerra dos Farrapos envolveu principalmente os gaúchos – e também catarinenses – contra o governo central. Iniciou-se ainda no período regencial em 1835 e terminou durante o Segundo Reinado, em 1845, fruto de grande repressão movida pelo exército comandado pelo Duque de Caxias e por concessões aos revoltosos.

A Guerra foi motivada pela elevação dos impostos internos sobre a carne do Rio Grande e por uma postura separatista da elite estancieira.